



Ética animal e turismo: percepção e convivência de turistas em experiências na Amazônia

Animal ethics and tourism: perception and connivance of tourists in Amazonian experiences

Sandra Dalila Corbari

RESUMO: No âmbito do turismo, os animais têm cumprido inúmeros papéis, diversos dos quais têm sido mantidos por séculos sem uma ampla crítica subjacente na área. Concepções moralistas como o bem-estar animal e os direitos dos animais têm confrontado práticas de exploração e dominação animal. Com base nisso, o artigo objetivou avaliar a percepção dos visitantes em relação ao contato direto com a fauna silvestre de Manaus, sob a luz da ética animal. Para tal, foram utilizados como base os comentários de indivíduos que realizaram experiências turísticas em Manaus e adjacências e que foram postados no TripAdvisor®. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Verificou-se que a maioria dos usuários havia tido contato direto com animais e foram favoráveis à prática. Uma minoria dos comentários apresentava crítica à experiência, porém, eram críticas parciais. Os achados demonstram um alinhamento com o antropocentrismo instrumentalista.

PALAVRAS-CHAVE: Ética Animal; Turismo; Animais; Amazônia.

ABSTRACT: In tourism, animals have fulfilled diverse roles, several of which have been maintained for centuries without an underlying critique. Moralistic conceptions such as animal welfare and animal rights have confronted practices of animal exploitation and domination. Based on this, the article aimed to evaluate the perception of visitors in relation to direct contact with the wildlife of Manaus, under the light of animal ethics. To this end, the comments of individuals who have carried out tourist experiences in Manaus and surroundings and that were posted on TripAdvisor® were used as a basis. The data were examined through content analysis (BARDIN, 2004). It was found that most users had had direct contact with animals and were favorable to the practice. A minority of the comments presented criticism of the experience; however, they were partial criticisms. The findings demonstrate an alignment with instrumentalist anthropocentrism.

KEYWORDS: Animal Ethic; Tourism; Animals; Amazon.

Introdução

O que se denomina de ‘animal’ – lê-se ‘animais não-humanos’ - é um grupo que pode ser dividido em animais selvagens, domésticos de trabalho ou provedores de alimento, utilizados em laboratórios, de estimação, de companhia, de assistência e de lazer (CARR, 2009). Cada um deles desempenha um papel fundamental para os seres humanos, inclusive no âmbito do lazer e da recreação.

No turismo, dentre as funções desempenhadas, estão o transporte de mercadorias, bagagens ou pessoas, sua simbologia como ícones de destinos turísticos, alvos de experiências culinárias, entre outros (DELL'EVA; NAVA; OSTI, 2020).

O uso de animais no lazer tem sido uma prática inquestionável e aceita há séculos por parte da população mundial. Porém, movimentos moralistas têm pressionado diversos setores, incluindo certas práticas e estabelecimentos turísticos. Atualmente, verifica-se que existem muitos estudos sobre impactos negativos do turismo em animais, mas sem discussão ética subjacente (WINTER, 2020).

Destarte, este artigo teve como objetivo avaliar a percepção dos visitantes em relação ao contato direto com a fauna silvestre de Manaus, sob a luz da ética animal. Para tal, foram utilizados como base os comentários de indivíduos que realizaram experiências turísticas que possibilitam contato com animais silvestres em Manaus e adjacências e que foram postados no TripAdvisor®. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2004).

Turismo baseado em animais

O turismo é um dos meios de contato entre humanos e uma vasta gama de animais. Há evidências de que eles são de grande relevância para o turismo, por exemplo, as visitas a atrações turísticas da vida selvagem podem representar até 40% do turismo global (MOORHOUSE *et al.*, 2015; MOORHOUSE; D'CRUZE; MACDONALD, 2017).

Os turistas realizam viagens para ver e ter experiências interativas (acariciar, nadar, cavalgar, tirar selfies) com animais e tais encontros têm a capacidade de moldar relações e percepções sobre os animais, que por sua vez têm impactos de forma individual ou coletiva (WINTER, 2020). Nesse âmbito, tem-se o turismo baseado em animais, que pode ser definido como viagens a destinos onde o principal objetivo da visita é observar ou interagir com a fauna local (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013), podendo ser passivo ou ativo e ocorrer em ambientes selvagens (áreas protegidas, rotas migratórias, locais de alimentação e reprodução), semicativeiros (centros de reabilitação animal) e cativeiros (zoológicos, parques de aves e aquários) (ORAMS, 1996).

Ainda, a interação pode acontecer em diversos graus de intensidade (VON ESSEN; LINDSJO; BERG, 2020), por isso, alguns autores defendem a existência de duas tipologias de turismo baseado em animais: não consumistas e consumistas. A primeira corresponde ao tipo de viagem em que os animais não são retirados do local (como observação de fauna, fotografia, alimentação

e interação), enquanto na segunda, sim (pesca e caça) (REYNOLDS; BRAITHWAITE, 2001).

Destaca-se que esse turismo não é sinônimo de ecoturismo. Para Fennell (2006), sendo o ecoturismo uma forma de turismo sustentável, aqueles que participam dele devem ser sensíveis aos direitos dos animais. Mamede *et al.* (2019, p. 162) apontam para a existência de um turismo “*predatório disfarçado de ecoturismo, desprovido de princípios éticos, critérios, sensibilidade e responsabilidade*”. Sobre isso, Wearing e Jobberns (2011) criticam as alegações de que o turismo da vida selvagem, mesmo o ecoturismo, esteja adotando os princípios defendidos pela tese dos direitos e do bem-estar animal. Esses autores salientam que para o ecoturismo se alinhar à ética ambiental e se apresentar como uma forma alternativa de turismo, deve incorporar em sua agenda os direitos dos animais.

Abstendo-se de comentar sobre a exploração e dominação animal em ambientes de cativeiro, ressalta-se que, mesmo encontros com animais em vida livre podem perturbar animais individuais e dinâmicas de grupo como pode ser verificado em Kovacs e Innes (1990), Lima *et al.* (2014), Corbari (2022), entre outros.

Dentro das práticas consumistas, há que se destacar, ainda, o que Lovelock e Lovelock (2013) chamam de ‘sacrifício supremo’: a morte intencional de animais para uso recreativo ou alimentação – caça e pesca, muitas vezes, sob a caracterização de pratos tradicionais ou típicos. Ou, ainda, como souvenirs. Todas essas formas de uso dos animais no turismo são apoiadas ou contestadas por correntes éticas.

Concepções éticas e Turismo baseado em animais

Autores como Orams (1996), Lovelock e Lovelock (2013) e Winter (2020) apontam que a posição filosófica subjacente do turismo é que os animais são subordinados aos humanos, que têm o direito de utilizá-los para benefício próprio. Portanto, é uma posição antropocentrismo instrumentalista.

O antropocentrismo é um dos elementos edificadores do pensamento filosófico ocidental, fortalecido ao longo dos séculos. A síntese do pensamento antropocentrismo é que os animais teriam um valor como meio (de alcançar outras coisas – como prazer, geração de renda, facilitação do trabalho, entre outros) e não como fim (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013). Mais que isso, é uma posição ética que pressupõe que os seres humanos são os únicos que têm consideração moral (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013) e, portanto, determinam a forma e a função da natureza (FENNELL, 2006). Essa concepção leva à exploração e dominação dos animais em detrimento de interesses humanos.

Inobstante, correntes moralistas foram criadas e fortalecidas, buscando um contraponto ao pensamento antropocentrismo. Destaca-se, aqui, duas delas: o bem-estar animal e os direitos dos animais.

Conhecida como perspectiva utilitarista, a tese do bem-estar animal tem sua origem nos postulados de Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Bentham (1970) sugeriu que o importante para um comportamento ético é que os animais

têm a capacidade de sofrer. Posteriormente, a tese foi consolidada por Peter Singer (SINGER, 2002).

Nessa concepção, a capacidade de sentir dor física e mental é tida como o critério moral, uma vez que habilita os organismos a terem o interesse em não sofrer, fundamentado pelo 'princípio da igual consideração de interesses' (SINGER, 2002). Os animais podem contribuir para o bem-estar humano, por exemplo, proporcionando entretenimento, mas os humanos têm obrigações morais de retribuir (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013). Ademais, é preciso buscar a solução que traga mais benefícios para todos (SINGER, 2002), o que pode ser denominado 'utilitarismo de preferência'.

A corrente benestarista argumenta que há uma ausência de considerações morais no turismo (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013) e tem tido um crescente número de adeptos nesse campo. Mas, é uma posição utilitarista, pois assume que o uso de animais pode ser aceitável (FRACIONE, 2008). Proteger certos animais é uma ação feita a partir de um benefício percebido (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013; WINTER, 2020). Isso pode se referir ao valor econômico do turismo para o governo, empresas ou famílias, além de seus benefícios psicofisiológicos para os humanos (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013).

Por isso, Lovelock e Lovelock (2013) salientam que o turismo é utilitarista, pelo fato de que, mesmo em boas condições de vida, os animais são dominados para o prazer dos turistas e para benefícios econômicos de agentes ou indivíduos, ou seja, têm valor instrumental em vez de intrínseco. O foco principal do bem-estar animal é a regulação do tratamento animal antes da morte, incluindo a forma como são tratados durante sua vida até o período pré-abate e, então, o método pelo qual eles são sacrificados (BROOM, 2011).

Ainda, Fracione (2008) e Fennell (2013; 2014) defendem que a noção de bem-estar é vista pela perspectiva humana, sendo de difícil mensuração. Fennell (2013), descreve uma série de meios pelos quais o bem-estar pode ser medido, incluindo fatores físicos e emocionais, e observa que a noção de senciência pode incluir tédio, exaustão, tristeza, sede e fome.

Por sua vez, a tese dos direitos dos animais – que difere dos direitos da natureza – tem caráter abolicionista e sustenta que os humanos não têm o direito de usar animais para seu próprio benefício. Seu maior expoente é Tom Regan, a partir da ética do respeito – o respeito é inviolável, exceto em casos de legítima defesa ou necessidade. Regan defende que não é suficiente uma reforma no sistema – como apregoam os benestaristas; é mister colocar um fim em qualquer forma de exploração e dominação animal (BASTOS, 2018).

Para os defensores da libertação animal, os animais têm valor inerente (FENNELL, 2006). Regan (2004), destaca que os alguns animais são 'sujeitos-de-uma-vida', ou seja, têm desejos, percepção, memória, senso de futuro, emoções, interesses, habilidade para iniciar uma ação, identidade psicofísica e senso de bem-estar.

No âmbito do turismo, são poucos os estudos que adotam a perspectiva, como constatou Winter (2020). Conforme a autora, essa perspectiva contesta experiências tidas como 'normais', como o pesque-e-solte, na qual a intenção

é causar danos aos peixes. Ainda sobre o tema, Lovelock e Lovelock (2013) explicam que o mais importante entre os direitos é o de não ser morto. A caça, por exemplo, viola esse direito, sendo considerada moralmente errada. Nesse sentido, a corrente vai contra os pressupostos de que, por não possuírem consciência autobiográfica, percepção de futuro e capacidade de fazer planos, consequentemente os animais não-humanos não detém interesse em viver (FISCHER; MOLINARI, 2016).

O fato é que a perspectiva dos direitos dos animais desafiaria todas as atividades turísticas que usam animais como objetos, comportamento este que tem como elemento impulsionador o fato que os animais receberam o status de “propriedade” e os interesses de propriedade prevalecem sempre em detrimento de outros interesses, com os direitos do próximo (TORRES, 2007; FRACIONE, 2008).

Aceitação da exploração/dominação por parte dos turistas

Carr e Broom (2018) destacam que o turismo é acompanhado por níveis mais baixos de compreensão e conhecimento sobre a biologia e necessidades dos animais. Moorhouse, D’Cruze e Macdonald (2017) ressaltam que os turistas não são adequados para mensurar o bem-estar e a contribuição para a conservação das atrações baseadas em vida selvagem, por não terem conhecimento especializado e estarem “*sujeitos a uma série de vieses psicológicos que obscurecem as dimensões éticas das decisões de visitarem as atrações*” (p. 505, tradução nossa).

Estabelecimentos e experiências que se apresentam com alcunha de ‘sustentável’, ‘eco’ e ‘ético’, podem utilizar da rotulagem e até mesmo palavras como ‘santuários’ para neutralizar a dissonância cognitiva dos visitantes (VON ESSEN; LINDSJO; BERG, 2020). Em outros casos, os turistas são iludidos de que os animais são mansos, quando podem estar sendo sistematicamente maltratados para adequar seu comportamento às necessidades de seus tratadores (COHEN, 2013; MAYER; HAIKLA; LENZIARDE, 2020; WAP, 2020). Situações assim mascaram condições como a zoocose (LOVELOCK; LOVELOCK, 2013).

Outro aspecto a ser considerado é a falsa sensação de bem-estar. A exemplo, a WAP (2020, p. 35), destaca que “*o ‘sorriso’ do golfinho - resultado do formato de suas mandíbulas, não de seu estado emocional - gera uma sensação distorcida da vida em cativeiro e contribui para a crença de que os golfinhos em cativeiro desfrutam de uma vida feliz*”. Isso também acontece no caso da preguiça-de-três-dedos, utilizado em experiências ilegais na região Norte do Brasil. Conforme especialista da WAP (MIRAMONTES, 2021), a face desse animal aparenta felicidade, em decorrência de um falso sorriso, que é um aspecto morfológico, não um indício de contentamento.

A ilusão pode ser explicada pela antropologia social. Os humanos têm uma visão antropomórfica do reino animal, transpondo valores e entendimento do mundo a partir das referências humanas (CURTIN, 2005). Isso se manifesta no entendimento sobre bem-estar e na percepção sobre possíveis sensações e sentimentos por parte dos animais. Outro fator importante a ser considerado é que não é possível determinar o perfil desses turistas, tampouco é afirmar

que estão preocupados com a conservação da natureza e com o bem-estar animal. Aspectos como necessidade de fuga dos ambientes urbanos e sensação de ‘retorno’ à natureza são motivações para a escolha por esse tipo de experiência (CURTIN, 2005; CAR; BROOM, 2018; VON ESSEN; LINDSJO; BERG, 2020).

Em uma reportagem realizada pela National Geographic Brasil (DALY, 2017), D’Cruze, especialista da WAP, expressou que muitos turistas têm pouco tempo para realização de passeios, impedindo a percepção sobre o sofrimento animal que pode estar existindo. Ademais, sendo uma oportunidade ‘única’, o turista aproveita o momento de interação com os animais, especialmente quando há incentivo para tal. Assim, “[...] é irreal esperar que turistas sejam capazes de identificar questões do bem-estar, especialmente quando um [sic] guia turístico local sanciona ou encoraja a atividade” (DALY, 2017, n. p.).

Relatórios da WAP (2017) apresentam que o fenômeno das *selfies* contribui fortemente para a manipulação indevida de animais. Esse tema é abordado por Von Essen, Lindsjö e Berg (2020), que destacam que redes sociais e outras plataformas – como o TripAdvisor® – desempenham um papel importante, ao permitirem e difundirem as fotos com interações com animais, que acabam gerando ‘inveja social’ - decorrente da visualização de experiências de outros. Moorhouse *et al.* (2015), em sua pesquisa utilizando a plataforma, chamam a atenção para o grande número de turistas que frequentam atrações com padrões ruins de bem-estar e Moorhouse, D’Cruze e Macdonald (2017, p. 505, tradução nossa) para as inadequações éticas dos turistas, evidenciadas nas avaliações “*esmagadoramente positivas no TripAdvisor*”.

Mayer, Haikal e Lenziardi (2020), ao realizarem uma pesquisa baseada em análise de comentários online, trazem a perspectiva crítica ao uso animal e à percepção – por vezes – falsa por parte dos turistas. Para as autoras, “*muitas pessoas ainda não demonstram serem sensíveis à causa, não reconhecendo determinadas situações como prejudiciais ou ainda passando pelas mesmas de maneira despercebida*” (p. 20). Essa situação também é relatada em Daly (2017), onde, a partir de entrevista com um membro da WAP, constatou-se que os turistas desejam compartilhar suas fotos com experiências exóticas, o que inclui tirar fotos com cobras pendentes no pescoço e abraçando preguiças. Daly (2017), assim como Moorhouse *et al.* (2015) e Mayer, Haikla e Lenziardi (2020), reforçam que a atitude é maléfica, pois o compartilhamento de fotos online passa a falsa mensagem de que a atividade é inofensiva. O conteúdo compartilhado em plataformas como o TripAdvisor® tem o potencial de interferir inclusive na imagem dos atrativos, colaborando para atrair ou repelir visitantes.

Material e Métodos

O objetivo do artigo foi avaliar a percepção dos visitantes em relação ao contato direto com a fauna silvestre de Manaus, sob a luz da ética animal. Para tal, foram utilizados como base os comentários postados na Plataforma TripAdvisor®. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2004).

A análise de conteúdo tem início com a pré-análise, durante a qual as ideias devem ser sistematizadas em quatro etapas: leitura flutuante, escolha dos documentos, reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores (BARDIN, 2004). Aqui, buscou-se identificar uma empresa que tivesse um número substancial de comentários para análise. Foi selecionada uma agência de receptivo atuante em Manaus que tinha o maior número de comentários dentre todas (1508 comentários até o dia 06 de janeiro de 2023), a partir da busca pelo termo 'boto'. A partir disso, foi realizada a pré-análise de todos os comentários realizados para as experiências oferecidas pela empresa, que contemplou o período de 06 fevereiro 2011 (data da postagem do primeiro comentário) a 06 janeiro 2023.

A segunda etapa diz respeito à exploração do material, com objetivo de categorizá-lo ou codificá-lo. A categorização ou codificação acontece mediante o estabelecimento de uma unidade de registro e análise (BARDIN, 2004), que, no caso presente, foram palavras. A priori, a unidade de registro seria 'boto' ou 'golfinho', no entanto, ao ser realizada a leitura comentário a comentário, para a codificação, identificou-se a menção a outros animais, que foram agregados ao *corpus* de análise.

Foram excluídos comentários que não faziam menção a animais. Também não foram considerados os que versavam sobre alimentação humana – que envolvia, especialmente, peixes e formigas. Assim, o *corpus* final foi constituído por 444 comentários.

Após essa etapa, foi iniciada a fase de categorização, que diz respeito à separação das unidades e posterior agrupamento conforme similaridade. Como resultado, foram criados seis códigos. Os comentários foram inseridos em uma planilha Excel® e codificados de 1 a 6, que foram as categorias de análise, a saber:

- 1: Desfavoráveis a uma ou todas as práticas envolvendo contato direto com animais;
- 2: Favoráveis à experiência, mas que não explicitaram ter tido contato direto com algum animal;
- 3: Favoráveis e que explicitaram ter tido contato direto com algum animal;
- 4: Demonstaram decepção pela ausência ou pouco contato com animais;
- 5: Não exploraram o assunto no comentário, mas postaram fotos de contato direto com animais (as fotografias não foram apresentadas neste artigo a fim de preservar a identidade dos usuários);
- 6: Neutros, sem explicitar contato direto com animais.

Em seguida, deu-se início à fase da análise de conteúdo, que diz respeito ao tratamento dos dados, inferência e interpretação dos dados (BARDIN, 2004), chegando à análise que segue. Destaca-se que os comentários apresentados foram mantidos conforme postados, sem ajustes ortográficos ou gramaticais.

Análise e discussão dos resultados

Primeiramente, em relação ao código 3, cabe salientar que foi considerada uma experiência de contato sempre que o comentário englobou ações como pesca; nado, mergulho ou interação com botos; alimentação de animais silvestres; ou quando o enunciador comunicou ter tido ‘contato’ ou ‘ter segurado’ animais silvestres. Quase 60% dos comentários (265) foram codificados como 3 – se somados os codificados como 5, 312 comentários, ou seja, mais de 70% dos usuários relataram ter ou presenciar contato direto com animais.

Dentre os relatos de contato direto, diversos deles diziam respeito à interação com botos (210 comentários), pesca de piranha (*Pygocentrus nattereri*) (49) ou pirarucu (*Arapaima gigas*) (29), focagem de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) – que, mediante oportunidade, pode envolver captura do animal vivo (33). Ademais, outras formas de contato foram relatadas, como segurar animais selvagens (répteis e mamíferos), alimentação de animais (além de cetáceos, ocorre com primatas) (TABELA 1). Sobre isso, Vidal, Paim e Mamede (2022), identificaram que ocorre interação direta com o boto e outros dois animais, a preguiça-de-três-dedos (*Bradypus variegatus*) e macaco-de-cheiro (*Saimiri sciureus*).

Tabela 1: Atividades relatadas e número de relatos.

Table 1: Activities reported and number of reports.

ATIVIDADE	Nº DE RELATOS
Nado/mergulho/interação com botos	210
Pesca de piranha	49
Focagem de jacaré-açu com captura	33
Pesca de pirarucu	29
Manipulação de bicho-preguiça-de-três-dedos	27
Manipulação de cobras (sem especificação)	20
Manipulação de jacaré-açu que não na focagem	17
Pesca (sem especificação)	13
Interação com animais (sem especificação)	11
Alimentação de macacos (sem especificação)	5
Contato com formiga-tucandeira	1
Alimentação de pirarucu	1

Fonte: Elaboração própria (2023).

Source: Elaborated by the author (2023).

As interações com animais no turismo podem envolver a observação, toque em partes corporais, oferta de alimentos e nado (VIDAL; PAIM; MAMEDE, 2022). Ressalta-se que a reputação da Amazônia e sua atratividade estão fortemente associadas ao ambiente natural e à capacidade do turista ver e interagir com animais icônicos (ALVES *et al.*, 2011).

Contato direto com animais

Evidenciou-se que o contato ocorria em algumas oportunidades. Primeiramente, tem-se a experiência de nadar com os botos, quando os usuários adentravam na água para ‘sentir’ o animal. Em relação ao tema, alguns comentários indicam que não houve contato direto.

Você não "nada" com os Botos, da mesma forma que é feito com os golfinhos na Disney. Ficamos parados numa plataforma, dentro d'água, com coletes salva vidas e os animais vêm pegar peixes que um tutor usa para atrair os Botos. Não se pode tocar nos animais, mas a movimentação deles para pegar o alimento nos permite vê-los e senti-los passando junto a nós [...] (C86, 2019).

Outro comentário adiciona: “[...] vc só fica bem próximo deles, e não pode interagir com eles, até pq eles são selvagens, mas foi incrível [...]” (C118, 2019).

No entanto, o toque nos animais pode ser evidenciado em fotos postadas, além de comentários como: “*Passeio perfeito, inesquecível, imperdível quando da visita a Manaus!! Visitar aldeia indígena, tirar fotos com cobras, preguiças foi incrível! O grande final, poder estar tão próximo de botos e tocas neles foi indescritível!!!!*” (C260, 2016). Outro comentário aponta:

[...] visitamos uma comunidade flutuante chamada "Catalão", onde voce compra os peixes que são amarrados em anzóis (sem o anzol) para brincar de pescar "pirarucu". Em uma casa de um nativo, fotos com cobras e Preguiças [...], finalmente a apoteose, que é nadar com os botos. Grupos de até 15 entram na agua, os botos vem e interagem com o pessoal, são docéis, se deixam tocar, passam embaixo das pessoas, é show [...] (C267, 2016).

Em relação à proibição do toque, Vidal *et al.* (2017) apontam que ocorreram algumas alterações no ordenamento da atividade de interação com botos dentro dos limites do Parque Nacional de Anavilhanas, após 2012. Essas diretrizes e procedimentos podem ser observados na Resolução/CEMAAM nº 28, de 22 de janeiro de 2018 (SEMA, 2018). Antes das mudanças no ordenamento da atividade, uma pesquisa realizada por Vidal *et al.* (2013) com turistas em Anavilhanas, identificou que 48,7% deles haviam tocado nos cetáceos.

A pesca de piranha é outra experiência relatada pelos usuários, que não especificam se a pesca era realizada pelo método pesque-e-solte ou se o animal era sacrificado. No caso do pirarucu, o contato se dava em um criadouro, onde os visitantes tinham a oportunidade de sentir a força do animal por simulação de pesca. Alguns comentários indicam apenas a alimentação do animal, outros que a simulação aconteceu: “[...] visitamos um criadouro de pirarucu onde foi possível **brincar de pesca-los**” (C253, 2016, grifo nosso). Sobre isso, recorre-se a Tapia, Uchoa e Aguiar (2020), que trazem uma perspectiva que rompe paradigmas nos estudos do turismo: o sofrimento dos peixes frente à pesca esportiva. Sobre isso, defensores dos direitos dos animais apontam que qualquer tipo de pesca não é ecoturística (FENNELL, 2006).

A focagem de jacaré, por sua vez, ocorre no período noturno e, no caso analisado, vai além da mera observação. Relatos comprovam que ocorre captura, especialmente de filhotes, para que os turistas os segurem, observem

e executem fotografias: “Ja a noite, saímos em busca de jacaré, com um ajudante super experiente pudemos encontrar um jacaré, ele deu um bote certo e pegou o jacaré colocando-o dentro do barco para que pudéssemos tirar fotos” (C338, 2015); “Experiência inesquecível, equipe experiente e simpática. Demos sorte em conseguir pescar e encontrar o jacaré para poder segurar” (C64, 2020); “Fizemos a Focagem de Jacarés com o Seu Antônio, o qual foi muito simpático e em menos de 1 hora pegou pelo menos um cinco jacarés de vários tamanhos [...]” (C25, 2021).

A manipulação de jacaré não ocorre apenas na ocasião da focagem. Comentários indicam que o contato ocorreu em outras oportunidades, juntamente com a manipulação de preguiça e cobra – identificada como jiboia, sucuri, anaconda ou apenas ‘cobra’. Supõe-se que esse contato ocorra em uma das comunidades visitadas, conforme pode ser observado no fragmento: “[...] tive a oportunidade de abraçar um bicho preguiça e colocar uma cobra gigante em volta do pescoço [...]” (C277, 2016). Outro comentário destaca que fotos com animais eram cobradas: “Tiramos fotos com jacaré, preguiça, sucuri, brincamos de pescar pirarucu e demos sorte de ver o boto. É bom levar uns trocados para os ribeirinhos pois eles cobram 5 reais para tirar foto dos animais” (C317, 2016).

Ressalta-se que a interação também pode ter acontecido em outras oportunidades, como observa-se em: “[...] O Fabio foi um guia muito bom. Ele fez de tudo pra mostrar a beleza das Amazonas. Ele ate subiu arvore pra pegar um bixo preguica pra nos poder segurar e tirar foto e ate entro na agua pra pegar jacaré [...]” (C233, 2017).

A alimentação de macacos em vida livre foi mencionada cinco vezes, mas sem especificação do local, embora diversos outros comentários indicavam que, em um estabelecimento de alimentação haviam macacos interagindo com humanos. Comprovam a prática comentários como: “[...] O que mais gostei: o encontro das águas, interagir com macacos (se levar frutas, eles vêm comer na sua mão) [...]” (C230, 2017). Outro mais recente comprova que a prática persistiu: “[...] nadamos no rio, pescamos piranhas, alimentamos macacos [...]” (C13, 2022).

Por fim, incluiu-se um comentário de um estrangeiro, sobre interação com formigas-tucandeiras (*Paraponera clavata*) para um vídeo. O uso de uma luva em que são inseridas formigas-tucandeiras é parte de um ritual dos Sateré-Mawé (SANTOS, 2015).

De modo geral, os comentários demonstram que os usuários não utilizaram o senso de ética animal em suas experiências. Ao contrário, demonstram que eles acreditam que as práticas de interação com animais ocorrem de forma respeitosa e salutar.

Acredito e todo turismo que envolva animais deveria ser assim com eles soltos na natureza gera uma interação mais humanizada. Nadei com os botos tirei muitos vídeos e fotos para mim creio que tinham uns 5 botos bem pertinho da gente [...] recebemos instrução do guia para como deveríamos nos portar e isso nos deixou mais seguros e tranquilos para curtir a experiência (C10, 2022).

Em outro caso, um usuário aponta que “*Nenhum animal sofre maus tratos, são capturados e devolvidos a natureza*” (C270, 2016). Esses comentários corroboram com o expresso por Moorhouse *et al.* (2015), Moorhouse, D’Cruze e Macdonald (2017), Carr e Broom (2018), Von Essen, Lindsjö e Berg (2020) e Mayer, Haikla e Lenziardi (2020) em relação às razões pelas quais turistas aceitam e contribuem para práticas de exploração animal. Outro comentário, no entanto, apresenta o aspecto conflitivo da prática: “*O passeio inclui [...] interação com os botos, que foi uma experiência incrível, apesar de ter muita controvérsia sobre o assunto com ambientalistas*” (C49, 2020).

As controvérsias possivelmente dizem respeito aos impactos negativos do contato. Embora alguns autores defendam que a interação contribua para a educação ambiental e sensibilização em relação aos animais (VIDAL; PAIM; MAMEDE, 2022), isso pode ser desenvolvido sem o contato direto. Também é utilizado como argumento os benefícios sociais e econômicos para populações locais, através do comércio e prestação de serviços (ALVES *et al.*, 2013a; VIDAL; PAIM; MAMEDE, 2022).

Ressalta-se que intervenções humanas mais brandas, como a presença de embarcações, podem gerar impactos, elencados por Vidal, Paim e Mamede (2022) e outros. A oferta de alimentos para alguns animais pode ser entendida como correta, especialmente quando consideradas as emoções, motivações e necessidades humanas. Por outro lado, isso é visto como inadequado, particularmente por pesquisadores e conservacionistas que atuam focados no bem-estar animal (VIDAL; PAIM; MAMEDE, 2022).

Retomando, quando não foi explicitado o contato direto por parte do turista, o comentário foi inserido na categoria 2 (91), como exemplo: “[...] *Além da possibilidade de ver de perto Arara, cobra, jacarés e preguiças [...]*” (C15, 2022); “*Melhor parte da visita é nadar no Rio Negro enquanto aguarda os botos [...]*” (C38, 2020); “*Fiz a focagem [...]*” (C39, 2020); “*Uma experiência excelente com os botos [...]*” (C52, 2020); “[...] *Vale muito a pena: não somente encontro das águas mas tb ver os pirarucus [...]*” (C102, 2019). Nesses casos, não foi possível detectar se os usuários tiveram contato direto com animais. Por outro lado, alguns não indicaram ter tido contato direto, mas postaram fotos que apresentam contato. Esses comentários foram codificados como 5.

Em relação ao código 6, ele foi criado durante a análise para categorizar o seguinte comentário:

O passeio que gostei foi a incursão pela floresta, cujo guia, o Jaime, foi ótimo. Ele conhece bem a floresta, seus animais e árvores. Os outros passeios (pesca e focagem noturna de jacaré), eu já havia feito em outros locais e não foi novidade para mim. Nesses, os guias foram outros e infelizmente eram pessoas não locais com pouco ou nenhum conhecimento para compartilhar (C26, 2022).

Esse comentário foi assim codificado por não apresentar um posicionamento claro a respeito da interação, se limitando em informar que não foi novidade para o usuário.

Usuários desfavoráveis a uma ou todas as práticas envolvendo contato direto com animais

Uma minoria teceu críticas em relação a alguma experiência de contato direto com animais, sendo que nenhum dos autores dos comentários nesta categoria postou fotografias de interação com animais.

Salienta-se que alguns comentários foram codificados duas vezes, pois se tratavam ora de uma crítica, ora de posicionamento favorável, a depender da experiência descrita. Apenas dois comentários foram críticos em relação à interação com botos e alguns dos demais apresentavam críticas em relação a outros animais, mas elogiavam o nado com botos (Quadro 1).

Quadro 1: Comentários desfavoráveis ao contato direto com animais

Frame 1: Comments unfavorable to direct contact with animals

<i>"[...] desprezível, e com várias irregularidades [...] no trajeto tem vários crimes ambientais em andamento [...] Por mim, o alvará dessa empresa precisa ser cassado para regularização e averiguação profunda" (C19, 2021).</i>
<i>"Minha critica é a alguns turistas que tentaram alimentar os macacos com biscoitos e isso pode fazer mal a eles, jamais alimentem os animais!!" (C20, 2021).</i>
<i>"Muito bom passeio! Muito divertido. Somente a parte dos pirarucus não é tão divertido e eles ficam confinados em um espaço muito pequeno" (C123, 2019).</i>
<i>"[...] Fizemos sobrevivência na selva, escalada na árvore e encontro das águas e nadar com botos. Só não faria mais o nado com botos porque os animais foram 'adestrados' e estão feridos" (C181, 2018).</i>
<i>"[...] uma oportunidade de tirar umas fotos com jacarezinho e filhotes de preguiças (com laço colado no pelo, uma maldade!) [...]" (C200, 2017).</i>
<i>"[...] O que não gostei: a visita a uma família ribeirinha que vende artesanato, sendo que, no fundo, a intenção é satisfazer a curiosidade e a vaidade dos turistas de tocar e ser fotografados tocando animais como preguiça, cobra e jacaré, mantidos como propriedade desta família - além de cruel, tal prática constitui crime ambiental [...]" (C230, 2017).</i>
<i>"[...] A primeira parada pra ver pirarucu (acho q é esse o nome) foi a mais sem graça pois eu não pesco! [...]" (C240, 2017).</i>
<i>"[...] não acho bacana o turismo que em algum grau explore animais. Por consciência, não quis nadar com os botos e me recusei a tirar fotos segurando os animais [...] Fico na torcida por mais foco na conservação do meio ambiente, menos exploração animal e envolvimento com a educação ambiental" (C284, 2016)</i>
<i>"[...] Depois o barco passa em uma feirinha de artesanato, onde alguns moradores locais levam bichos para os turistas tirarem fotos (pra ser sincera fiquei com dó dos bichinhos que passam de colo em colo o dia todo...)" (C298, 2016).</i>
<i>"[...] única parte que n gostei foi a parte que o barco para é uma canoa cheia de bichos maltratados chega para os turistas tirarem fotos c eles achei uma judiação Pq estavam tratando os animais como objetos! [...]" (C351, 2015).</i>
<i>"[...] não apreciamos em nada a vila turística: os animais ficam expostos o dia todo para tirar selfies com todos os visitantes, seu estado é difícil de ver [...]" (C394, 2022).</i>

Fonte: Adaptado de TripAdvisor® (2023).

Source: Adapted from TripAdvisor® (2023).

Esses dados vão ao encontro da pesquisa realizada por Vidal *et al.* (2013). Em entrevistas com visitantes sobre o sentimento que a interação com os botos despertou, esses autores constataram que apenas seis pessoas sentiram pena dos animais, os demais sentiram alegria ou animação. Alves *et al.* (2013b), no estudo *"Perception of local inhabitants regarding the*

socioeconomic impact of tourism focused on provisioning wild dolphins in Novo Airão, Central Amazon, Brazil verificaram que muitos empresários e moradores locais percebem a alimentação dos botos como benéfica. Outros, no entanto, perceberam a atividade como vetor de alterações comportamentais e como forma de exploração animal.

Para os autores supracitados, prover alimentos aos botos dissemina a ideia de que alimentar animais silvestres é uma conduta correta e, por isso, se constitui uma forma de educação anti ambiental ou deseducação ambiental.

Essa situação é considerada, por algumas instituições e autores, como uma forma de tornar o animal ‘menos selvagem’. Um membro da WAP Brasil, em Miramontes (2021), destacou que nado com botos é considerado um passeio de ‘semi-cativeiro’, por condicionar os animais a hábitos que não são próprios da espécie. Isso vai ao encontro do que entende Orams (1996): as situações que envolvem provimento ou manipulação de animais para que turistas interajam com eles são consideradas “*um pouco mais próximas da categoria de semi-cativeiro*” (p. 41, tradução nossa).

Ademais, conforme aponta Miramontes (2021), no momento em que o boto é atraído com peixes, turistas podem empurrar ou abraçar o animal a fim de conseguir a melhor selfie. Já Silva Jr. (2017) chama atenção para os impactos negativos do provisionamento, incluindo alteração de padrões comportamentais e populacionais, dependência e habituação, agressividade e problemas de saúde.

Por fim, não foi identificado comentário negativo em relação à captura de jacarés durante a focagem. Infere-se que é uma prática normalizada e sem um debate ético a respeito, nem mesmo em estudos. Na literatura científica, é possível encontrar diversas publicações que versam sobre as ‘espécies carismáticas’ – dentre as quais os répteis não estão incluídos - e como essas espécies, juntamente às raras, exercem grande apelo popular para a causa conservacionista (MACEDO; BRANQUINHO; BERGALLO, 2015). Por outro lado, animais considerados “*intrinsecamente feios, indesejáveis ou perigosos*” (MARTINS, 2007, p. 67) não recebem a mesma atenção.

Comentários que demonstram decepção pela ausência ou pouco contato com animais

Alguns comentários que indicavam decepção em relação ao pouco ou nenhum contato com animais (Quadro 2). Isso inclui: desejo de maior disponibilidade de tempo interagindo com botos (8 comentários); decepção por não ser permitido tocar nesses cetáceos (1) ou porque nem todos os turistas puderam interagir com eles (2); não haver visita aos botos no dia da realização do passeio (1); frustração diante do não aparecimento dos botos, por estarem cansados ou satisfeitos pelo provimento por grupos anteriores (2); crítica ao afugentamento de botos por gritos (1) e ao fato de que grupos muito grandes/muitas pessoas realizaram a experiência ao mesmo tempo (4). No Quadro 2, apresenta-se três comentários que exemplificam as situações identificadas.

Quadro 2: Comentários que demonstram decepção pela ausência ou pouco contato com animais.

Frame 2: Comments showing disappointment at the absence of or little contact with animals

"[...] infelizmente não há nado e nem mergulho com os botos. Ao invés disso, 10 turistas de cada vez fazem uma fila dentro da água e o treinador faz alguns movimentos e acrobacias com os botos, não há interação do turista com os animais e somos obrigados a deixar as mãos para fora da água, caso contrário pode ser terminada a apresentação. Isso foi um pouco frustrante" (C116, 2019).

"O único ponto que nos deixou um pouco tristes, foi a fato de não haver mais possibilidade de tirar fotos com a sucuri, bicho preguiça e jacaré. Segundo o guia informou, o IBAMA recolheu os animais das famílias que os mantinham como animais de estimação " (C258, 2016).

"Compramos o passeio Encontro das Águas e Índios, pois no dia que fomos não podia fazer a visita aos botos por conta da nova lei do Ibama" (C151, 2018).

Fonte: Adaptado de TripAdvisor® (2023).

Source: Adapted from TripAdvisor® (2023).

Em relação a outras experiências, verificou-se que dois comentários foram críticos em relação à não visualização de animais e um comentário foi crítico ao fato de não poder mais tirar fotos com animais (preguiça, cobra, jacaré), pois o Ibama haveria os apreendido. Sobre isso, em 2016 o Ibama realizou uma operação que resultou na aplicação de diversos autos de infração e multas por exploração animal, além do resgate de seis animais (IBAMA, 2016). Após essa data, não foi verificada a postagem de fotografias que indicassem contato com bicho-preguiça, cobra ou jacaré – que não na focagem noturna, no entanto, comentários demonstram que a prática ocorreu após novembro de 2016.

Usuário que não exploraram o assunto no comentário, mas postaram fotos com contato direto com animais

Cento e trinta comentários estavam acompanhados de registros fotográficos que evidenciaram contato direto com algum animal. Alguns desses registros estavam anexos a comentários que não expressavam o contato.

Conforme destacado anteriormente, após 2016 não foram verificadas fotos que revelassem contato entre os turistas e preguiças, cobras ou jacaré que ocorria em uma comunidade visitada. Inobstante, relatos de 2017 comprovam que a prática ocorreu naquele ano. Ao analisar as imagens inseridas pelos usuários, comprovou-se que, até 2022, ocorria contato com jacarés, a partir da captura durante a experiência de focagem; com botos, durante a interação/nado; e com peixes (piranha e pirarucu) a partir da pesca (pesque-e-solte ou pesca para consumo). Na Tabela 2 (próxima página) é possível visualizar o número de registros identificados e o tipo de interação.

Esses dados demonstram uma tendência preocupante no ecoturismo realizado em Manaus a adjacências, refletida principalmente na incidência de comportamentos inadequados. Os registros fotográficos apresentados sugerem uma frequência significativa de contato direto com animais selvagens, incluindo botos, jacarés e preguiças, muitas vezes envolvidos em manipulação e até a mesma captura. A predominância de fotos de interação com botos é alarmante, especialmente quando comparada com outras formas de contato, proporcionando uma possível normalização dessas práticas por parte dos turistas.

Tabela 2: Tipo de interação registrada em fotos e recorrência.
Table 2: Type of interaction recorded in photos and recurrence.

Tipo de interação registrada	Recorrência
Contato com boto	96
Manipulação de jacaré	31
Manipulação de preguiça	15
Manipulação de cobra	12
Pesca	13
Simulação de pesca de pirarucu	4
Alimentação de macaco	1
Manipulação de aranha	1

Fonte: Baseado em TripAdvisor® (2023).

Source: Adapted from TripAdvisor® (2023).

Esses dados vão ao encontro dos obtidos pela WAP (2017) em sua investigação sobre turismo envolvendo animais em Manaus. Conforme análise de *selfies* dos turistas, postadas em redes sociais, a organização identificou que mais de 40% delas mostram interações inadequadas, como pessoas abraçando ou segurando um animal selvagem.

Assim como já destacado neste artigo, a alta incidência de interações documentadas tanto por meio de registros fotográficos quanto por *selfies* em redes sociais sugere que os turistas podem não ter consciência dos impactos negativos sobre atividades negativas sobre o bem-estar e a conservação dos animais selvagens ou estarem alinhados à concepção antropocentrista.

Considerações finais

Vários produtos turísticos de Manaus e adjacências envolvem contato indireto ou direto com animais selvagens. As experiências não são devidamente analisadas pelos usuários e os que o fazem, se limitam a algumas espécies (de mamíferos, principalmente) e não exploram a questão ética de forma substancial.

Sobre as experiências contempladas neste estudo, verifica-se uma similaridade com o exposto por Romagnoli *et al.* (2011): embora sejam divulgadas como 'ecoturismo', diversas delas não se enquadram nos preceitos. A partir da ética animal, é preciso desmistificar que formas de turismo que exploram animais sejam consideradas ecoturismo, incluindo o pesque-e-solte.

Assim como destacam Vidal, Paim e Mamede (2022), muitas agências de receptivo oferecem aos visitantes roteiros que envolvem atrativos baseados nas interações com a fauna silvestre. Animais são submetidos a diversas horas seguidas de manipulação por condutores de turismo e visitantes. Ainda, a alimentação tem sido uma estratégia de atração bastante utilizada, como é o caso dos botos. Atividade que se tornou financeiramente lucrativa para a população local (ALVES *et al.*, 2011). O turismo cria a demanda e concede licença social para operar para as atrações que utilizam os animais como produto/mercadoria.

De modo geral, observa-se alguns padrões, conforme os dados analisados:

i) Exploração e manipulação intuitiva: A interação direta com animais selvagens, como botos, jacarés e preguiças, expõe os animais a situações estressantes ou anormais para sua espécie. Isso vai contra o que apregoa a concepção ética dos direitos dos animais, que indica que eles têm o direito de viverem livres de exploração e intervenção humana desnecessária, tal qual defendem Fracione (2008) e Fennell (2014).

ii) Precariedade no bem-estar animal: vários comentários indicam falta de consideração pelo bem-estar dos animais. Mesmo quando os turistas não percebem diretamente o sofrimento dos animais, suas ações podem causar estresse, danos físicos e até mesmo modificação de hábitos coletivos, gerando impacto na conservação das espécies.

iii) Normalização de práticas: a alta incidência de interações documentadas, especialmente através de selfies e outros registros fotográficos, sugere uma normalização das práticas de exploração animal entre os turistas. Isso perpetua um ciclo prejudicial em que os turistas não questionam a ética por trás das experiências oferecidas.

iv) Conflitos éticos e legais: embora existam normativas e regulamentos, práticas ilegais ou que contrariam a ética animal seguem acontecendo, como a manipulação de animais selvagens sem autorização, demandando novos estudos para compreender o fenômeno e promover medidas auxiliares.

Como forma de caminhar em direção à plena realização dos direitos dos animais, entende-se que se faz importante implementar as ações propostas por Von Essen, Lindsjö e Berg (2020): (1) Substituir animais por métodos alternativos; (2) Reduzir o número de animais, quando não for possível substituí-los de imediato; e (3) Refinar os métodos para mitigar o sofrimento e promover o bem-estar animal. E, entendendo que o uso de animais pelo turismo global é praticamente impossível de regular e controlar (WINTER, 2020), entende-se a importância de (4) Informar e sensibilizar os turistas, o que pode ocorrer por meio de certificações, códigos de conduta e campanhas, e (5) Criar mecanismos eficazes para penalizar pessoas físicas ou jurídicas que descumpram a legislação já existente que promove o bem-estar animal no âmbito do lazer/turismo.

Uma alternativa viável de refinamento de métodos é a observação de fauna. Embora também possa impactar negativamente, o lazer passivo corrobora para a sensibilização ambiental, um maior contato dos visitantes com animais, porém, sem interferência direta e maus-tratos. Há, ainda, meios alternativos de interpretação ambiental. Por exemplo, no caso da focagem de jacarés, caso o objetivo da captura seja a apresentação da anatomia animal, imagens podem ser utilizadas em substituição.

Ressalta-se que há o risco de os dados estarem enviesados pelo fato de que, certos turistas – que têm posicionamento ético crítico – podem ter optado pela não realização da atividade. Ademais, não é a totalidade de clientes que realiza a avaliação, por isso, para uma análise mais ampla e aprofundada, seria importante a aplicação de questionários *in loco*. O estudo também demonstra a relevância de estudos futuros que se dediquem à opinião dos atores sociais

envolvidos nas práticas turísticas que promovem o contato direto com animais, como monitores e guias de turismo, empresários e comunidade local.

Por fim, entende-se que casos concretos demonstram a necessidade de promover um maior número de estudos que observem o fenômeno do turismo/lazer que interaja diretamente com animais, de forma crítica. O caso concreto aqui apresentado pode ser utilizado em estudos futuros para análises comparativas com outros casos brasileiros ou de outros países.

Referências

- ALVES, L.; ANDRIOLO, A.; ORAMS, M. AZEVEDO, A. The growth of 'botos feeding tourism', a new tourism industry based on the boto (Amazon river dolphin) *Inia geoffrensis* in the Amazonas State, Brazil. **Sitientibus**, v. 11, n. 1, p. 8-15, 2011.
- ALVES, L.; MACHADO, C.; VILANI, R.; VIDAL, M.; ANDRIOLO, A.; AZEVEDO, A. As atividades turísticas baseadas na alimentação artificial de botos-da-Amazônia (*Inia geoffrensis*) e a legislação ambiental brasileira. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 89-106, 2013a.
- ALVES, L.; ZAPPES, C.; OLIVEIRA, R.; ANDRIOLO, A.; AZEVEDO, A. Perception of local inhabitants regarding the socioeconomic impact of tourism focused on provisioning wild dolphins in Novo Airão, Central Amazon, Brazil. **AABC**, v. 85, n. 4, p. 1577-1591, 2013b.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa (POR): Edições 70, 2004.
- BASTOS, E. Direitos para os animais não-humanos? Algumas teorias filosóficas a respeito. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 2, p. 40-60, 2018.
- BENTHAM, J. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. London (UK): The Athlone Press, 1970.
- BROOM, D. Bem-estar animal. Trad. Rodrigo Barreto. In: YAMAMOTO, M.; VOLPATO, G. **Comportamento Animal**. 2 ed. Natal: UFRN, 2011, p. 457-482.
- CARR, N. Animals in the tourism and leisure experience. **Current Issues in Tourism**, v. 12, n. 5-6, p. 409-411, 2009.
- CARR, N.; BROOM, D. **Tourism and animal welfare**. S. l.: CAB International, 2018.
- COHEN, E. "Buddhist Compassion" and "Animal Abuse" in Thailand's Tiger Temple. **Society & Animals**, v. 21, n. 3, p. 266-283, 2013.
- CORBARI, S. A raridade no contexto da observação de aves: o caso da ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) e os desafios futuros. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 15, n. 3, p. 307-328, 2022.
- CURTIN, S. Nature, wild animals and tourism: an experiential view. **Journal of Ecotourism**, v. 4, p. 1-15, 2005.

DALY, N. Reportagem especial: animais selvagens sofrem com o turismo 'fast-food' na Amazônia. **National Geographic Brasil**, 8 nov. 2017. Disponível em: l1nq.com/218qz. Acesso em: 05 nov. 2023.

DELL'EVA, M.; NAVA, C.; OSTI, L. Perceptions and satisfaction of human-animal encounters in protected areas. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 12, n. 4, p. 441-458, 2020.

FENNELL, D. **Tourism Ethics**. Toronto (CAN): Library of Congress Cataloging in Publication Data, 2006.

FENNELL, D. Tourism and Animal Welfare. **Tourism Recreation Research**, v. 38, n. 3, p. 325-340, 2013.

FENNELL, D. Exploring the boundaries of a new moral order for tourism's global code of ethics: An opinion piece on the position of animals in the tourism industry. **Journal of Sustainability Tourism**, v. 22, p. 983-996, 2014.

FISCHER, M. L.; MOLINARI, R. B. Gary Fracione e o abolicionismo animal. In: OLIVEIRA, J. (Org.). **Filosofia Animal: humano, animal, animalidade**. Curitiba: PUCPRESS, 2016, p. 351-381.

FRACIONE, G. **Animals as Persons Essays on the Abolition of Animal Exploitation**. Columbia University Press, 2008.

IBAMA. **Ibama multa empresas de turismo no Amazonas por exploração ilegal de animais silvestres**, 07 nov. 2016.

KOVACS, K.; INNES, S. The impact of tourism on harp seals (*Phoca groenlandica*) in the Gulf of St. Lawrence, Canada. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 26, n. 1, p. 15-26, 1990.

LIMA, A.; ASSIS, J.; SAYANDA, D.; SABINO, J.; OLIVEIRA, R. Impact of ecotourism on the fish fauna of Bonito region (Mato Grosso do Sul State, Brazil): ecological, behavioural and physiological measures. **Neotropical Ichthyology**, v. 12, n. 1, p. 133-144, 2014.

LOVELOCK, B.; LOVELOCK, K. **The Ethics of Tourism: Critical and applied perspectives**. New York: Routledge, 2013.

MACEDO, J.; BRANQUINHO, F.; BERGALLO, H. A rede sociotécnica na relação entre ribeirinhos e onças (*Panthera onca* e *Puma concolor*) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá no Amazonas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 287-303, 2015

MAMEDE, S.; BENITES, M.; ESQUIVEL, A.; CLAY, R.; MERIGUI, G.; ALHO, C. Turismo de observação de aves no Chaco: oportunidades e desafios ao Corredor Bioceânico, segmento Brasil/Paraguai. **Interações**, v. 20, p. 159-177, 2019.

MARTINS, T. **A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e sua implementação no Brasil: das expectativas de proteção à mercantilização da vida**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Direito), UFSC, Florianópolis, 2007.

MAYER, V.; HAIKAL, F.; LENZIARDI, R. Eles se importam? Percepções de turistas e visitantes sobre a exploração animal em atrativos turísticos. **Hospitalidade**, v. 17, n. 3, p. 1-24, 2020.

MIRAMONTES, A. Nado com boto e preguiça põem espécies em risco na Amazônia, **Folha SP**, 2021.

MOORHOUSE T.; DAHLSJÖ C.; BAKER S.; D'CRUZE N.; MACDONALD D. The Customer Isn't Always Right—Conservation and Animal Welfare Implications of the Increasing Demand for Wildlife Tourism. **PLoS ONE**, v. 10, n. 10, p. 1-15, 2015.

MOORHOUSE T.; D'CRUZE, N.; MACDONALD, D. Unethical use of wildlife in tourism: what's the problem, who is responsible, and what can be done? **Journal of Sustainable Tourism**, v. 25, n. 4, p. 505-516, 2017.

ORAMS, M. A conceptual model of tourist-wildlife interaction: the case for education as a management strategy. **Australian Geographer**, v. 27, n. 1, p. 39-51, 1996.

REGAN, T. **The case for animal rights**. Los Angeles (USA): University of California Press, 2004.

REYNOLDS, P.; BRAITHWAITE, D. Towards a conceptual framework for wildlife tourism. **Tourism Management**, v. 22, n. 1, p. 31-42, 2001.

ROMAGNOLI, F.; SILVA, V.; NELSON, S.; SHEPARD-Jr, G. Proposta para o turismo de interação com botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*): como trilhar o caminho do ecoturismo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 4, n. 3, p. 463-480, 2011.

SANTOS, L. **Etnografia Sateré-Mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo**. Manaus: Valer Cultural, 2015.

SEMA. **Resolução/CEMA-AM, nº 28, de 22 de janeiro de 2018**. Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados [...]. Diário Oficial, Manaus, 30 jan. 2018, p. 17.

SILVA JR., J. Turismo de Observação de Mamíferos Aquáticos: benefícios, impactos e estratégias. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, p. 433-465, 2017.

SINGER, P. **Animal liberation: the definitive classic of the animal movement**. New York (USA): Harper Collins Publishers, 2002.

TAPIA, A.; UCHOA, D.; AGUIAR, D. Turismo de pesca esportiva e ética no direito ambiental do Tucunaré-Açú (*Cichla temensis*) em Barcelos, na Amazônia brasileira. **Revista Jurídica ESMSP**, v. 17, n. 1, p. 173-186, 2020.

TORRES, B. **Making a Killing: The Political Economy of Animal Rights**. Stirling (UK): AK Press, 2007.

VIDAL, M. D.; PAIM, F. P.; MAMEDE, S. B. Diversidade, desafios e potencialidades do turismo com mamíferos na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 15, n. 2, p. 157-179, 2022.

VIDAL, M. D.; SANTOS, P. M. C.; OLIVEIRA, C. V.; MELO, L. C. Perfil e percepção ambiental dos visitantes do flutuante dos botos, Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão – AM. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 3, p. 419-435, 2013.

VIDAL, M. D.; SANTOS, P. M. C.; JESUS, J. S.; ALVES, L. C. P. S.; CHAVES, M. P. S. R. Ordenamento participativo do turismo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas, Amazonas, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Naturais**, v. 12, n. 1, p. 23-36, 2017.

VON ESSEN, E.; LINDSJÖ, J.; BERG, C. Instagranimal: Animal Welfare and Animal Ethics Challenges of Animal-Based Tourism. **Animals**, v. 10, n. 10, p. 1830, 2020.

WEARING, S.; JOBBERNS, C. Ecotourism and the Commodification of Wildlife: Animal Welfare and the Ethics of Zoos. In: FROST, W. **Zoos and Tourism: Conservation, Education, Entertainment?** Channel View, 2011, p. 47-58.

WINTER, C. A review of research into animal ethics in tourism: Launching the annals of tourism research curated collection on animal ethics in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 84, 2020.

WORLD ANIMAL PROTECTION (WAP). **Um foco na crueldade:** O impacto prejudicial das selfies com vida silvestre na Amazônia. S. l.: WAP, 2017.

WORLD ANIMAL PROTECTION (WAP). **Por trás do sorriso:** a indústria multibilionária de entretenimento com golfinhos. S. l.: WAP, 2020.

Sandra Dalila Corbari: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

E-mail: corbari91@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3532084949812042>

Data de submissão: 06 de novembro de 2023

Data de recebimento de correções: 14 de novembro de 2023

Data do aceite: 17 de janeiro de 2024

Avaliado anonimamente